

Abordagem Comunitária Comportamental: Particularidades e Desafios¹

(Behavioral Community Approach: Particularities and Challenges)

Thiago W. Calegari² e Diego Zilio

Universidade Federal do Espírito Santo

(Brasil)

Resumo

Apresentamos um artigo sobre a abordagem comunitária comportamental, destacando como o campo tem sido definido conceitualmente, suas peculiaridades em razão dos contextos de aplicação e características dos estudos aplicados. O campo constitui uma interface entre a psicologia comunitária e a Análise do Comportamento Aplicada. Apesar da ênfase inicialmente dada à prevenção na esfera da saúde mental em contexto comunitário, o campo se diversificou, abrangendo temas como meio ambiente e trânsito. Além disso, os estudos aplicados produzidos no campo da abordagem comunitária comportamental podem ser categorizados em duas estratégias, a depender (1) do tipo de comportamentos que promovem e (2) do contexto de intervenção. O campo também tem sido marcado por discussões acerca da viabilidade e utilidade do controle experimental e outras recomendações, bem como pela necessidade de se considerar os valores das pessoas envolvidas nas intervenções. Enfatizamos a necessidade de mais estudos conduzidos em contextos comunitários, para que as potenciais contribuições da abordagem comunitária comportamental sejam verificadas. Uma forma de avançar o campo no Brasil é criar interlocuções entre analistas do comportamento e formuladores de políticas públicas e/ou entidades voluntárias que ofertam serviços diretamente nos territórios.

Palavras-chave: psicologia comunitária comportamental, Análise do Comportamento Aplicada, metodologia de caso único, valores, validação social, território

1 Financiamento: o primeiro autor é financiado por uma bolsa de doutorado da CAPES.

2 Endereço para correspondência: Thiago W. Calegari. Universidade Federal do Espírito Santo. Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES. E-mail: twcalegari@gmail.com

Abstract

Given the interest of behavior analysts in understanding and intervening in social systems, we present an essay on the behavioral community approach, highlighting how the field has been defined conceptually, its specificities due to the settings and contexts of application, and the features of the applied studies published up to the date. The field constitutes an interface between community psychology and Applied Behavior Analysis, both of which emerged as an alternative to the biomedical model of explaining and treating mental health problems during the 1970s. Despite its initial emphasis on prevention in the mental health domain within community context, the field has diversified, covering topics such as the environment and traffic. Furthermore, applied studies adopting the behavioral community approach can be categorized into two strategies, depending on (1) the type of behaviors they promote and (2) the setting. In the first case, the studies seek to promote topographically and functionally similar behaviors among people who share the setting, without the need for interacting with each other, but aiming for a cumulative effect. In the second case, they seek to promote behaviors that facilitate the discussion and solution of community problems, using group meetings or community committees as the application setting; in these, it is assumed that there is an interaction between the participants. The field has also been marked by discussions about the feasibility and usefulness of experimental control and other recommendations, such as the direct participation of community members in the research development and attention to existing resources in the community as strategies to facilitate project sustainability. Furthermore, the need to consider the personal values of the parties involved, as well as recognized universal values – such as social justice – is another discussion that has characterized the behavioral community approach. Here, the social validation methodology and its use not only to evaluate interventions, but to plan them, stands out. We close this essay by pointing out the decline in popularity of the behavioral community approach over the last few decades and the need for more studies in this area, so its potential contributions can be attested. To this end, a dialogue between behavior analysts and policymakers, professionals who offer services addressed by these policies and/or representatives of organizations that offer voluntary services directly in the territories, such as religious organizations, can be a venue to advancing the field in Brazil.

Keywords: behavioral community psychology, Applied Behavior Analysis, single-case methodology, values, social validation, territory

A psicologia comunitária comportamental estabeleceu-se como campo de produção teórica e aplicada nos anos 1970, expandindo as possibilidades de atuação em Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis*, ABA). Ela surgiu como alternativa ao modelo biomédico, que enxergava problemas sociais e de comportamento como “sintomas” de algum tipo de adoecimento interno/psíquico, os quais denotavam desvios de um curso natural esperado (Ullmann, 1977). Por se concentrar em corrigir ou remover sintomas, o modelo biomédico limitava o desenvolvimento de práticas preventivas/promotoras de saúde mental, a oferta de

serviços alternativos e o envolvimento de outros tipos de profissionais, bem como a elucidação das influências do contexto social sobre os problemas de comportamento e a participação comunitária no desenvolvimento e oferta de serviços de saúde mental (Glenwick & Jason, 1980; Jason, 1977; Meyers et al., 1974; Watson-Thompson et al., 2021; Zax & Specter, 1974, citados em Meyers et al., 1981).

No início dos anos 1960, pesquisas que mostravam que as pessoas reagiam a circunstâncias ambientais e que revelavam as vantagens de tratamentos alternativos começaram a ser publicadas. Essas pesquisas constituíram um avanço à forma como problemas de comportamento passaram a ser formulados (Dixon et al., 2012). Paralelamente, tornava-se claro que os critérios para comportamentos “desviantes” ou “problemáticos” dependiam de um contexto social. Essa conjuntura foi um precedente para o exame crítico do modelo biomédico e abriu caminho para a psicologia comunitária comportamental (Ullmann, 1977). Assim, no fim da mesma década, a possibilidade de utilizar estratégias metodológicas da Análise do Comportamento no trabalho comunitário foi reconhecida (Mattaini, 1993; ver Wahler & Erickson, 1969, como um exemplo de aplicação). Contudo, o contexto comunitário perdeu proeminência entre analistas aplicados/as do comportamento ao longo dos anos 1990 (Watson-Thompson et al., 2021).

Diante do interesse de analistas do comportamento em debater e organizar contingências que promovam mudanças comportamentais em larga escala, com o objetivo de oferecer respostas a problemas sociais importantes (e.g., Biglan, 2020; Carrara, 2020; Cihon & Mattaini, 2020), acreditamos que a psicologia comunitária comportamental tem potencial para contribuir para o cumprimento dessa agenda. Por essa razão, neste artigo forneceremos um panorama metodológico e conceitual da área, ainda pouco explorada em língua portuguesa. Embora “psicologia comunitária comportamental” seja o termo mais empregado, falaremos em “abordagem comunitária comportamental” (ACC), a exemplo de Watson-Thompson et al. (2020). A nosso ver, ACC é mais adequado, pois enfatiza a característica interdisciplinar do campo e afasta qualquer dimensão individualizante da palavra “psicologia” e seus derivados.

Iniciaremos o artigo apresentando algumas definições e características da ACC, bem como a diversidade de aplicações da área. Em seguida, apresentaremos como o tópico dos valores marca as discussões no campo. Aqui, destacaremos o procedimentos de validação social e a recomendação de práticas metodológicas diferentes das aplicações tradicionais da ABA. Por fim, discutiremos possíveis desdobramentos para a pesquisa na ACC, ressaltando a necessidade de estudos que tornem mais claras suas possíveis contribuições.

Características da Abordagem Comunitária Comportamental

Dimensão Conceitual

As primeiras tentativas de caracterizar e definir o campo iniciaram-se nos anos 1970. Para Briscoe et al. (1975), o termo “psicologia comunitária comportamental” era adequado para representar aplicações de procedimentos comportamentais

a problemas sociais em contextos comunitários não estruturados (*unstructured*), onde o comportamento das pessoas não era considerado problemático (*deviant*) no sentido convencional dos contextos institucionais. Jason (1977), por sua vez, caracterizou a “psicologia comunitária comportamental” como um campo onde (1) adota-se a epistemologia da análise de comportamento para compreender a psicopatologia, (2) enfatiza-se a prevenção ou diminuição de adversidades, (3) envolve-se outros profissionais (e.g., paraprofissionais) na oferta de serviços, (4) leva-se em consideração a influência de variáveis organizacionais/sociais, (5) atua-se com pessoas, grupos, organizações, comunidades ou a sociedade de modo amplo (a depender do número de pessoas que se deseja alcançar), e (6) trabalha-se intervenções universais, seletivas ou indicadas (ver Glenwick & Jason, 1980).

Jason e Zolik (1981) assinalaram outras características, abstraídas de uma sequência de estudos aplicados sobre a coleta de rejeitos caninos por seus donos: (1) a percepção comum acerca da existência de um problema (que pode ser maximizada por meio de projetos de lei, decretos ou repercussão midiática); (2) a mensuração constante das mudanças comportamentais ou de seus produtos; (3) a comunicação dos procedimentos implementados e resultados alcançados para além do meio acadêmico, como veículos midiáticos e instâncias tomadoras de decisão (e.g., casas legislativas); (4) a participação de pessoas da comunidade no planejamento e implementação dos projetos; e (5) a construção de uma agenda de pesquisa que permita desenvolver projetos de longo prazo – o que pode possibilitar maior compreensão de problemas complexos, aprimoramento de procedimentos e avaliação de resultados de longo prazo.

Em um trabalho recente, Costa (2018) também explorou as características da ACC. Para isso, ela agrupou descrições encontradas em estudos publicados no *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA). A autora encontrou as seguintes características: a aplicação da Análise do Comportamento a problemas sociais em contextos “naturais” (p. 22), a participação da população estudada na elaboração da intervenção, a sustentabilidade da intervenção com recursos locais e a necessidade de que as intervenções envolvam consequências em comum para os comportamentos das pessoas da comunidade.

Um aspecto central da ACC é o emprego dos métodos da ABA para elaborar procedimentos replicáveis que auxiliem a comunidade a resolver seus problemas, ou a desenvolver sua capacidade para alcançar mudanças desejadas (Fawcett et al., 1980). Aqui, a ACC estabelece uma interface entre a psicologia comunitária e a ABA (Bogat & Jason, 2000; Fawcett, 2021; Jason et al., 2021; Jason & Zolik, 1981; Ullmann, 1977; Watson-Thompson et al., 2021). No campo da ABA, aplicações em contextos menos controláveis, com ênfase em prevenção e que pudessem alcançar um número maior de pessoas eram ausentes – daí a contribuição do campo comunitário. A psicologia comunitária, por sua vez, poderia se beneficiar da tecnologia desenvolvida na ABA visando promover mudanças em sistemas sociais (Nietzel et al., 1977). Se por um lado a ABA era vista como um campo de desenvolvimento de tecnologias respaldadas teórica e empiricamente, a psicologia comunitária – e mesmo o serviço social (Mattaini, 1993) – poderiam identificar áreas ou problemas socialmente relevantes para pesquisas e aplicações (Glenwick & Jason, 1980; Jason, 1977).

Watson-Thompson et al. (2020) também enxergam a ACC como uma combinação entre aqueles dois campos. Para os autores, na psicologia comunitária há preferência por estratégias colaborativas de pesquisa, a adoção da justiça social como valor fundamental, ênfase na análise de contextos amplos, busca por mudanças sociais/ estruturais e foco na prevenção primária e secundária. Na ABA, há ênfase nas contingências comportamentais, no método experimental e na busca por intervenções efetivas. Como síntese, a ACC mantém as ferramentas de intervenção tradicionais da ABA e é orientada por análises e aplicações voltadas a sistemas comportamentais, além de defender mudanças sustentáveis e benéficas às comunidades.

Por fim, Watson-Thompson et al. (2020) compreendem a ACC como um campo integrado com outras disciplinas, o que ressalta sua característica interdisciplinar e permite reconhecer pontos em comum entre elas. Segundos os autores, a psicologia comunitária, a ciência da prevenção e a saúde pública compartilham a perspectiva preventiva baseada na abordagem a fatores de risco e proteção presentes nas diferentes dimensões da estrutura societal; a ciência da prevenção, a ABA e a saúde pública reconhecem a necessidade de intervenções efetivas; a ciência da prevenção e a saúde pública orientam-se pela difusão de intervenções efetivas e seus impactos em nível populacional. A ABA pode auxiliar a desenvolver essas intervenções, enquanto as estratégias da psicologia comunitária podem fomentar a participação da comunidade e aproveitar suas percepções para melhorar a forma como as intervenções podem ser implementadas. Procedimentos de validação social podem ser úteis para esses fins e fortalecer a interface entre estes dois campos.

Dimensão Aplicada

Quantos às características dos estudos aplicados tidos como pertinentes ao campo da abordagem comunitária comportamental, os contextos, objetivos e participantes têm sido diversos: descarte correto de lixo em cinemas e parques, compra de bebidas em garrafas retornáveis, uso de transporte coletivo, integração social entre crianças de diferentes etnias em contexto escolar (Meyers et al., 1974); aplicações na área da educação infantil, saúde mental, criminal e para pessoas com deficiência (Glenwick & Jason, 1980); uso de cinto de segurança; busca de emprego por adolescentes; economia de energia elétrica em escritórios; desenvolvimento de habilidades de conduzir grupos de discussão; incentivo à participação em programa de cuidados à saúde; promoção de comportamentos em emergências de incêndio; e realização de *workshops* para mulheres a fim de promover comportamentos relacionados a diversos temas, como assertividade, saúde pessoal, mercado de trabalho e cidadania (Glenwick & Jason, 1984).

Costa (2018) mostrou que no JABA, entre 1999 e 2018, os temas de interesse podem ser divididos em ecologia e manutenção do meio ambiente, promoção de comportamento pró-social, promoção de cuidados à saúde e trânsito/segurança ao dirigir, sendo este o tema com 60% das publicações. Os contextos de atuação variam entre aqueles que podemos classificar como “altamente delimitados” (e.g., veículos, dormitórios universitários e escritórios de empresas), de “delimitação intermediária” (e.g., cafeteria, supermercado e instituições) e “abertos” (e.g.,

estacionamento, vias de trânsito e *campus* universitário). Os procedimentos se concentram em apresentar instruções e provimento de informações por meio de anúncios na mídia, cartilhas e *flyers* (i.e., modificar condições contextuais antecedentes à classe do comportamento alvo da intervenção).

Enquanto há estudos que promoveram mudanças comportamentais sem considerar necessariamente as particularidades do arranjo de contingências entrelaçadas que caracterizam um grupo (e.g., Everett et al., 1974; Reiss et al., 1976), há casos em que tais particularidades foram parte central do processo de intervenção, a exemplo dos estudos de Briscoe et al. (1975) e Seekins et al. (1984). No primeiro, os autores identificaram dificuldades no processo de tomar decisão entre os membros de um comitê comunitário, a saber: ausência de delimitação entre os assuntos debatidos, duração prolongada das reuniões sem que decisões claras fossem alcançadas e pouca clareza acerca de quem executaria o que fora decidido. Os procedimentos utilizados no estudo buscaram promover instâncias de comportamento verbal no repertório dos membros do comitê, de modo a maximizar o processo de solução de problemas durante as reuniões. Seekins et al. (1984) buscaram promover habilidades de conduzir reuniões (os autores também as chamaram de “habilidades de liderança”) em duas líderes comunitárias de forma a contribuir para o processo de busca de soluções. Os autores dividiram essas habilidades em três categorias: iniciar/encerrar reuniões, iniciar discussões/pautar propostas, e debater ideias/definir soluções.

Outro procedimento que pode facilitar o processo de tomar decisão na comunidade foi apresentado por Sanford e Fawcett (1980). Dado um impasse que existia entre moradores de uma comunidade quanto aos impactos da construção de uma rodovia, os autores, a pedido de uma associação de bairro, avaliaram os efeitos de um procedimento de análise de consequências sobre a favorabilidade à obra. O procedimento envolveu a apresentação de uma lista para cada participante com possíveis consequências decorrentes da construção da rodovia, cujos impactos poderiam ser estimados como “favorável” ou “desfavorável” e “grande” ou “pequeno”. Os autores observaram mudanças nos níveis de aceitação da obra para quase todos os participantes, ainda que essa mudança não tenha sido observada nos votos da maioria.

Esses três estudos aproximam-se de uma reflexão proposta por Meyers et al. (1974). Para esses autores, projetos comunitários “verdadeiramente preventivos” (p. 283) devem se basear em estratégias que propiciem às pessoas da comunidade compreender as contingências existentes, os comportamentos prevalentes e seus efeitos de longo prazo, bem como promover habilidades para lidar com situações que lhe sejam adversas, planejar contextos que lhe sejam satisfatórios e avaliar as mudanças alcançadas (ver Meyers et al., 1981). Em outras palavras, Meyers et al. (1974) se referiram a uma comunidade capaz de se autogovernar.

Ainda que os contextos de aplicação, estratégias e comportamentos de interesse sejam diversos, Fawcett et al. (1980) alertaram que a implementação de tecnologias comportamentais deve ocorrer de forma contextualizada. Segundo os autores, essas tecnologias podem ser abandonadas pela comunidade caso não atendam aos seguintes critérios: (a) apresentar-se como uma alternativa efetiva, (b) ser financeiramente acessível a um número grande de pessoas, (c) ser aplicável em

diversos níveis (e.g., familiar, escolar, organizacional) a depender da amplitude do problema, (d) mostrar-se flexível a modificações ou “reinvenções” pelas pessoas da comunidade, (e) aproveitar ou maximizar os recursos locais, (f) ser descrita de forma simples (g), ser facilmente utilizável e (g) ser compatível com os valores, experiências e necessidades dos destinatários.

Gostaríamos de chamar a atenção para o último critério, pois os valores são inseparáveis de qualquer atividade científica, consistindo em variável a ser considerada em contextos comunitários (Glenwick & Jason, 1984; Rakos, 1983). Rakos (1983) argumentou que os valores das pessoas ou grupos envolvidos em projetos de mudança de sistemas sociais – incluindo o/a pesquisador/a ou profissional – formam a variável determinante principal da escolha dos objetivos dos projetos. Por essa razão, é necessário compreender a função dos valores presentes nos sistemas sociais nos quais nos propomos a trabalhar, a fim de que a intervenção tenha maior chance de êxito.

De modo geral, a discussão dos valores na ACC gira em torno da modificação de algumas práticas metodológicas tradicionais na pesquisa analítico-comportamental, bem como da adoção de certos valores universais. Nas próximas seções, ofereceremos um panorama sobre como o tópico tem sido abordado na área.

A Importância da Validação Social¹

O’Donohue et al. (1984) afirmaram que a ABA, em razão de sua orientação funcional, reserva-se a demonstrar relações entre variáveis, sendo que “decisões sobre [a escolha das] variáveis de interesse e seus níveis desejáveis estão largamente relacionadas a considerações que são independentes, i.e., não derivadas diretamente da estrutura fundamental da teoria comportamental” (p. 202). Dito de outro modo, a escolha dos comportamentos que se deseja modificar e dos eventos ambientais utilizados para tal está subordinada a considerações que emergem do próprio contexto de aplicação. Isso é diferente do que ocorre na psicologia comunitária, onde a opção por certos valores é explicitada na estrutura teórica da disciplina (Hanley et al., 1984).

Ainda segundo O’Donohue et al. (1984), há um processo para a explicitação de valores na ACC que se revela quando as pessoas envolvidas nos projetos discutem por que dão importância aos comportamentos escolhidos. Visto que a operacionalização dos termos da contingência, em contextos aplicados, também está imbuída de valores (Hanley et al., 1984), entender as justificativas para a escolha desses comportamentos é identificar/explicitar valores. Assim, medidas deixadas de lado na metodologia de caso único podem ser úteis para avaliar certas dimensões das intervenções analítico-comportamentais, como sua aceitabilidade, a relevância dos problemas que pretendem modificar e a percepção das pessoas impactadas, pois, junto às mudanças comportamentais diretamente observáveis, há aquelas que ocorrem encobertamente e que muitas vezes “decidem o destino da intervenção” (Glenwick & Jason, 1984, p. 109). Essas medidas comportamentais abertas e encobertas podem ser indicadoras da validação social da intervenção (Wolf, 1978).

Segundo Wolf (1978), as pessoas costumam descrever coisas que lhe são importantes empregando termos como “felicidade”, “criatividade”, “afeto”, “justiça”

e “liberdade”. Para o autor, essas descrições precisam ser consideradas pelos analistas do comportamento porque constituem julgamentos de valor que somente os participantes dos estudos e projetos estão qualificados a fazer. Atentar-se a esses julgamentos torna-se tão valioso quanto os dados objetivos plotados que indicam mudanças na frequência do comportamento de interesse. Os procedimentos de validação social acessam esses julgamentos e, a partir deles, avaliam se os objetivos, procedimentos e resultados (incluindo os não previstos) de uma intervenção foram socialmente relevantes e aceitáveis.

Procedimentos de validação social podem ser utilizados para avaliar o grau de aceitação e satisfação da comunidade diante de uma intervenção já realizada. No entanto, Fawcett (1991a) afirmou que tais procedimentos também podem ser utilizados antes da implementação de uma intervenção para guiar seu processo de planejamento, de modo a aumentar a probabilidade de que ela resulte em mudanças valorizadas pela comunidade. Desse modo, procedimentos de validação social têm dupla função: auxiliar o planejamento de intervenções e avaliar sua implementação, o que faz deles algo útil ao desenvolvimento de uma estratégia participativa no campo da ACC, isto é, uma em que os participantes não são meros sujeitos passivos à espera da implementação, mas atuam ativamente no processo de construção da intervenção, desde na escolha de classes de comportamentos-alvo até a avaliação do processo após a sua ocorrência.

Valores como Guias de Intervenções em Contexto Comunitário

Fawcett (1991b) também sugeriu um conjunto de recomendações aos/às pesquisadores/as no campo da ACC, sob a rubrica de “valores orientadores”. De forma geral, esses valores implicam na questão do controle experimental, sobre a qual chamaremos a atenção logo mais. Os valores propostos por Fawcett (1991b) foram agrupados em quatro dimensões: valores voltados (1) a relações colaborativas, (2) a objetivos e metodologias de pesquisa, (3) à intervenção e disseminação e (4) à comunicação dos resultados e julgamento dos impactos da intervenção. Na prática, esses valores tratam de recomendações metodológicas que poderiam colocar a ACC em um caminho diferente das aplicações mais tradicionais em ABA, especialmente quanto aos padrões metodológicos há muito valorizados pela área e aos tipos de problemas sociais – e seus determinantes – que ela tradicionalmente tem abordado.

Alguns desafios à prática da ACC, inerentes a essas recomendações metodológicas, foram apontados pelo próprio Fawcett (1991b) e por Glenwick e Jason (1984). De acordo com a Tabela 1, embora cada um dos trabalhos aponte desafios diversos, é comum o estabelecimento de relações colaborativas com os participantes e ênfase na intervenção em variáveis mais amplas do contexto, considerando, inclusive, pessoas com poder de tomar decisões que afetam a vida da comunidade. Chama a atenção a valorização de pequenos ganhos (usualmente de curto e médio prazo) para a comunidade, o investimento em prevenção primária – uma das preocupações iniciais da psicologia comunitária comportamental – e a divulgação dos resultados do projeto realizado para um público amplo (ver Jason & Zolik, 1981).

Tabela 1*Desafios à Atuação na Abordagem Comunitária Comportamental*

Glenwick e Jason (1984)	Fawcett (1991a)
Conduzir intervenções em níveis amplos da organização societal, tendo em vista a produção de mudanças socialmente significativas e/ou que alterem o <i>status quo</i>	A determinação dos objetivos da pesquisa, formas de mensuração, procedimentos utilizados e definição dos resultados devem ser feitas com os participantes, reconhecendo-se a importância de seus conhecimentos e experiências; é preciso desenvolver estratégias para envolvê-los no processo
Estabelecer relação colaborativa com os participantes (mesmo que se perca algum grau de controle experimental); o analista atua como um consultor/parceiro ao planejamento e implementação do projeto, retirando a sua participação de forma gradativa	A escolha dos participantes se atentar à característica sistêmica dos problemas sociais e suas variáveis determinantes em diferentes níveis, o modelo de mudança adotado e os pontos fortes da comunidade; os “participantes” também envolvem pessoas influentes que podem ter relevância para solucionar problemas da comunidade
Considerar os recursos cognitivos, materiais e afetivos dos quais a comunidade dispõe, a fim de que o projeto se desenvolva sobre pontos fortes já existentes	Valorizar pequenos ganhos ao tentar promover mudanças em variáveis do contexto mais amplo
Investir esforços de pesquisa em prevenção primária	O pesquisador também precisa considerar os interesses/expectativas de outras partes interessadas: seus pares, agências ou organizações que investem recursos na pesquisa e pessoas com poder de tomar decisões
Investir esforços na investigação da manutenção e generalização dos projetos, bem como no planejamento de condições que facilitem suas ocorrências	
Comunicar os resultados da pesquisa em meios menos convencionais, como reuniões de representantes governamentais, mídias do cotidiano e apresentações para pessoas leigas	

Retomemos a questão do controle experimental. Segundo Miller (1991), o controle experimental pode evocar estratégias de contracontrole por parte dos participantes que experienciam a intervenção. Para Fawcett (1991b), a exigência de controle experimental conduz o/a pesquisador/a a atuar em contextos nos quais as variáveis podem ser altamente influenciadas, onde os participantes têm menor poder para decidir se participarão do estudo. Ainda segundo Fawcett, essa exigência pode sugerir a um público não familiarizado com a área que os problemas de comportamento estão relacionados, tão somente, a variáveis da situação imediata ou que os métodos da ABA dificilmente são aplicáveis em contextos abertos, onde as pessoas têm maior autonomia para decidir se participarão da intervenção. Por

fim, ele sugere que a exigência de controle experimental pode desencorajar o/a pesquisador/a a investigar variáveis mais amplas do contexto.

Para Fawcett (1991b), os valores sugeridos propõem uma posição moderada em face das exigências de rigor de controle experimental que são comuns ao contexto de pesquisa básica de laboratório – mas que se almeçadas em contextos comunitários, podem restringir o campo e a relevância social dos projetos comunitários. Para ele, como não é possível aumentar a colaboração/contribuição dos participantes na condução da pesquisa e o controle experimental ao mesmo tempo (além da exigência de relatos de intervenção metodologicamente convincentes), regras de inferência flexíveis, que permitam uma dose de “razoabilidade”, podem ser necessárias “quando os potenciais benefícios sociais das inovações são grandes e o aumento estimado em conclusões falsas é pequeno” (p. 632). Essas regras dependeriam da percepção, e não necessariamente da demonstração rigorosa, dos possíveis benefícios de um projeto comportamental comunitário, sendo essa a razão principal de sua existência. Por outro lado, para Sherman e Sheldon (1991), adotar novas regras traria o problema de se equilibrar a necessidade de demonstração empírica e a obtenção de mudanças significativas para julgar a plausibilidade das inferências de estudo. Contudo, esses autores não descartaram a possibilidade de se estabelecer novos padrões de demonstração empírica a partir de novas intervenções.

Outros trabalhos sugerem a incorporação de valores tradicionalmente adotados na psicologia comunitária para orientar a ACC. Cihon et al. (2020), por exemplo, propõe a justiça social e o “altruísmo criativo”, argumentando que as aplicações devem ser orientadas para ajudar as pessoas; Watson-Thompson et al. (2020) afirmam que o empoderamento é um fator crucial à justiça social. Fawcett et al. (1995), Fawcett et al. (1994) e Mattaini (1993) reconheceram a compatibilidade da ideia de empoderamento com a ciência analítico-comportamental contextual, e apresentaram uma definição e sistematização do processo de se empoderar.

Considerações Finais

A ACC é uma interface entre as estratégias colaborativas de pesquisa e valores de justiça social propagados pela psicologia comunitária, os métodos da ABA e a formulação dos problemas comunitários em termos das relações entre o comportamento das pessoas e os arranjos ambientais que elas experienciam e compartilham entre si. O campo surgiu com a preocupação de promover saúde mental em espaços menos delimitados de atuação, ao mesmo tempo que propôs uma nova forma de organizar a oferta de serviços nessa esfera.

Apesar da preocupação inicialmente voltada à saúde mental, os estudos aplicados se diversificaram, abordando tópicos como meio ambiente e segurança no trânsito. Como já apontado em outros trabalhos (Castro & Lacerda Júnior, 2014; Cihon et al., 2020), os estudos aplicados abrangem, pelo menos, duas estratégias genéricas: (1) alterar classes de comportamento topográfica e funcionalmente semelhantes entre pessoas diferentes que compartilham o mesmo contexto, de modo a produzir um efeito cumulativo e sem pressupor quaisquer interações entre as pessoas impactadas, ou (2) promover comportamentos voltados a discutir problemas da comunidade e

identificar soluções, atuando em grupos ou comitês comunitários onde se supõe haver uma interação entre as pessoas que representam a comunidade.

Cabe-nos perguntar se seriam “comunitários” os estudos que visam mudanças na comunidade sem pressupor ou depender das particularidades do grupo participante da intervenção, e sem pretensões diretas de produzir efeitos sobre a forma como as pessoas interagem em situação de grupo no sentido da comunidade que se autogoverna (Meyers et al., 1974). Tais estudos não seriam considerados propriamente “comunitários” pela psicologia comunitária (cf. Campos, 1996); o ponto é que intervenções sociais não são necessariamente intervenções comunitárias. Caso não sejam denominados “comunitários” também na ACC, o número de estudos que representam intervenções nessa área pode ser menor do que se supõe.

As publicações na área da ACC também mostram uma preocupação sempre presente de elucidar suas peculiaridades e defini-la. Dentre as diversas características que apontamos, o questionamento à viabilidade e utilidade do controle experimental marca uma distinção importante entre a ACC e outros contextos de aplicação. Quanto à discussão sobre valores, além da reflexão metodológica recomendada por Fawcett (1991b), observamos a recomendação para se adotar alguns valores universais, como justiça social, que independem da atividade de pesquisar. Essa recomendação se assemelha ao que acontece na psicologia comunitária, onde a adoção de certos valores é inerente à própria teoria que a constitui.

Apesar de ter se constituído como um campo promissor, houve queda na popularidade da ACC entre os próprios analistas do comportamento nos anos 1990. Watson-Thompson et al. (2020) apontam que a exaustão decorrente da própria atividade de fazer avançar a área e o baixo reconhecimento das produções, nos meios acadêmicos tradicionais de publicação e comunicação, explicam essa queda. Paralelamente, a produção em ACC ficou mais difusa e menos coordenada ao receber maior reconhecimento de disciplinas diferentes da ABA. Há ainda um terceiro fator que pode explicar a queda: a incompatibilidade entre a agenda de pesquisas com comunidades e a necessidade acadêmica de publicar frequentemente, visto que os processos de mudança e os resultados nesses contextos podem necessitar de um prazo maior para ficarem evidentes (Jason & Zolik, 1981).

No entanto, deveríamos considerar a possibilidade de revisitar as comunidades (ou territórios, como no caso das políticas públicas brasileiras) como campos de aplicação. O uso do verbo “revisitar” tem um propósito. A ideia de prevenção em saúde mental esteve historicamente entrelaçada com foco comunitário (como indicamos em algumas passagens do texto), pois se acreditava que ela se daria por meio de mudanças no modo como as comunidades funcionavam. Essas eram preocupações da psicologia comunitária. Entretanto, durante a década de 1960, pouco se conhecia acerca da etiologia dos problemas de esfera “mental” que possibilitasse efetivar uma ciência da prevenção com foco na comunidade, sendo que a maioria dos recursos financeiros foram investidos em tratamento (Coie et al., 2000). Hoje em dia, a situação é outra. O conhecimento sobre a etiologia desses problemas e formas de preveni-los avançou, e as contribuições da abordagem analítico-comportamental para a ciência da prevenção e saúde pública têm sido reconhecidas e integradas a estes dois campos (Watson-Thompson et al., 2020).

Assim, “revisitar” as comunidades/territórios significa fazer um caminho de volta e trabalhar para aplicar o conhecimento adquirido sobre prevenção/promoção de saúde mental nesses espaços, realizando, assim, a perspectiva dos anos 1960.

Uma estratégia para fomentar mais trabalhos em ACC é investir em parcerias com profissionais e formuladores de políticas públicas. No Brasil, a implementação de políticas sociais é pensada numa perspectiva territorial (e.g., Cunha & Antonello, 2020; Nascimento & Melazzo, 2003). Ela é coerente com a visão comportamentalista contextual, para a qual compreender as particularidades de um sistema social específico e adequar a implementação às condições desse sistema são pressupostos importantes (Biglan, 1995).

Ao dialogar com diversas audiências, contudo, pode haver questões de bastidores que frustram o processo de formar parcerias, aumentando o custo do esforço do/a pesquisador/a. Os autores deste artigo, por exemplo, não conseguiram formar parcerias de trabalho com uma equipe técnica de formuladores de políticas para a primeira infância no âmbito estadual, nem com uma comissão parlamentar relacionada a assuntos da infância e adolescência. Em ambos os casos, os interlocutores literalmente “pararam de responder” sem dar explicações. O próprio Fawcett (1991b) conta dois casos em que ele e colaboradores, após apresentarem dados para subsidiar a decisão sobre duas políticas públicas, sofreram oposição declarada por parte de pessoas imbuídas de poder político, e de um funcionário da universidade.

Outra possibilidade é formar parcerias com organizações não governamentais existentes no território, onde a exigência burocrática e a usurpação politiquera podem ser menores e a motivação para fazer a diferença na vida das pessoas, maior. Novamente, nossa experiência provê um exemplo. Após as tentativas frustradas mencionadas no parágrafo anterior, nós conseguimos montar um projeto de intervenção junto a um grupo de voluntárias da Pastoral da Criança da cidade de Vitória, Espírito Santo. Esse fato chama a atenção para o papel que as entidades religiosas podem desempenhar frente a certos problemas sociais, em especial como recurso de apoio às famílias e cuidado para com as crianças (Biglan, 1995). Entretanto, a ideia de que uma intervenção comunitária precisa ser sustentável com recursos da própria comunidade, ainda que emancipadora, não pode perder de vista a responsabilidade que as instâncias governamentais têm para com os territórios (Winnett, 1991).

Em nossa experiência, alguns comportamentos parecem ser cruciais para facilitar incursões em públicos de fora da Análise do Comportamento. Em primeiro lugar está a flexibilidade de vocabulário para facilitar a popularização das nossas ideias (Critchfield et al., 2017). Podemos usar, por exemplo, “valorizar” em vez de “reforçar (positivamente)”; “exercitar” ou “praticar” em vez de “treinar”; “influenciar” em vez de “controlar”; “realizar” ou “fazer” (um comportamento) em vez de “emitir”; em alguns casos, “interromper” (um comportamento) para se referir a um procedimento de punição, pois as pessoas que tecnicamente punem um comportamento podem não “sentir” que o estão punindo. Em segundo lugar, é preciso cada vez mais reconhecer a importância do comportamento verbal sobre o repertório total, e que isso fique claro na forma como nos comunicamos com diversas audiências, sob o risco de incorrer em uma visão mais tradicional da Análise do Comportamento que se atém a modificações ambientais diretas. Por

fim, é importante estarmos atentos/as às variáveis do contexto mais amplo que influenciam o comportamento e saibamos discorrer minimamente sobre elas, mesmo que ainda não sejamos capazes de alterá-las pelos procedimentos de que dispomos.

Na prática da psicologia comunitária, é desejável que as demandas partam da comunidade. Isso faz sentido porque se baseia na necessidade real das pessoas e não em conveniências do/a pesquisador/a. Ao mesmo tempo, porém, o/a pesquisador/a não precisa abdicar do conhecimento de que dispõe, nem de seus valores, a ponto de se tornar um receptáculo de demandas, podendo, inclusive, discordar das demandas colocadas pela comunidade (Winnett, 1991). Em contextos comunitários, o/a pesquisador/a é também um/a agente que pode expor seu ponto de vista, e a hipótese de que as pessoas da comunidade valorizem e queiram saber a opinião de especialistas não deve ser desconsiderada, ainda mais em uma época de conflito caótico de informações. Jason e Zolik (1981) assim colocam a questão:

grupos atuantes e organizados podem identificar necessidades próprias que poderiam interferir nos direitos civis de grupos sem poder, não representados ou privados de direitos ... Além disso, algumas comunidades podem não estar cientes das contingências negativas que afetam o seu ambiente... conseqüentemente, os psicólogos comportamentais podem assumir uma postura mais ativa ao identificarem e descreverem possíveis conexões entre políticas públicas e conseqüências sociais, à saúde ou econômicas que são adversas. (p. 772)

As ideias do/a pesquisador/a podem servir como sugestões para projetos comunitários, nas quais as pessoas podem nunca ter pensado ou saber que existiam (Bogat & Jason, 2000). Recorremos uma vez mais à nossa experiência com o grupo da Pastoral da Criança. Ouvindo, certa vez, a opinião da coordenadora sobre as ideias que tínhamos para um projeto voltado ao desenvolvimento emocional da criança, ela nos disse que fazia um tempo que estava pensando em oferecer um trabalho diferente para as mães e crianças atendidas, além daqueles que a Pastoral da Criança normalmente oferece (pesagem e combate à desnutrição); as ideias que estávamos trazendo eram algo que ia ao encontro do que ela esperava. É necessário, contudo, que o/a pesquisador/a esteja disposto/a a submeter seu conhecimento e ideias à apreciação da comunidade, para que esta faça os seus julgamentos e dê a decisão final. Por essa razão, a incorporação de procedimentos de validação social à prática da ACC deve ser considerada (Burney et al., 2023).

Sem nos expormos a novas contingências, dificilmente saberemos os impactos de novas recomendações metodológicas e dos valores discutidos no campo da ACC. Tampouco saberemos avaliar a utilidade da tecnologia que temos produzido, de modo a fazer uma diferença no modo como sistemas sociais complexos operam. A pesquisa básica em práticas culturais tem avançado, mas na sociedade, o pesquisador não é o responsável por organizar as contingências de seleção. Assim, é imperativo nos aventurarmos em outros campos de atuação, ou, como alertou Botomé (1992), será difícil a Análise do Comportamento ajudar na resolução concreta de problemas sociais e culturais.

Referências

- Biglan, A. (1995). *Changing cultural practices: A contextualist framework for intervention research*. Context Press.
- Biglan, A. (2020). *Rebooting capitalism: How we can forge a society that works for everyone*. Values to Action.
- Bogat, G. A., & Jason, L. A. (2000). Toward an integration of behaviorism and community psychology. In J. Rappaport & E. Seidman (Eds.), *Handbook of community psychology* (pp. 101-114). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-4193-6_5
- Botomé, S. P. (1996). Serviço à população ou submissão ao poder: O exercício do controle na intervenção social do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 1(2), 173-202.
- Burney, V., Arnold-Saritepe, A., & McCann, C. M. (2023). Rethinking the place of qualitative methods in behavior analysis. *Perspectives on Behavior Science*, 46(1), 185-200. <https://doi.org/10.1007/s40614-022-00362-x>
- Briscoe, R. V., Hoffman, D. B., & Bailey, J. S. (1975). Behavioral community psychology: Training a community board to problem solve. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 8(2), 157-168. <https://doi.org/10.1901/jaba.1975.8-157>
- Campos, R. H. F. (Org.). (1996). *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Editora Vozes.
- Carrara, K. (2020). *Contingencialismo, comportamento e políticas públicas*. Chiado Books.
- Castro, T. C., & Lacerda Júnior, F. (2014). A relação psicologia comunitária e behaviorismo: Das críticas às propostas de diálogo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(3), 732-755. <https://doi.org/10.12957/epp.2014.13879>
- Cihon, T. M., & Mattaini, M. A. (2020). History and progress in cultural and community science. In T. M. Cihon & M. A. Mattaini (Eds.), *Behavior science perspectives on culture and community* (pp. 1-21). Springer.
- Cihon, T. M., Walker, D., Kazaoka, K., & Pritchett, M. (2020). Ethics for cultural and community applications of behavioral science. In T. M. Cihon & M. A. Mattaini (Eds.), *Behavior science perspectives on culture and community* (pp. 195-219). Springer.
- Coie, J. D., Miller-Johnson, S., & Bagwell, C. (2000). Prevention science. In A. J. Sameroff, M. Lewis, & S. M. Miller (Eds.), *Handbook of developmental psychopathology* (2nd ed., pp. 93-112). Kluwer Academic Publishers. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-4163-9_6
- Costa, L. I. C. (2018). *Caracterização e avaliação da psicologia comportamental comunitária por meio de artigos publicados no JABA entre 1999 e 2018* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. PUCSP repository. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21916>
- Critchfield, T. S., Doepke, K. J., Epting, L. K., Becirevic, A., Reed, D. D., Fienup, D. M., Kreamsreiter, J. L., & Ecott, C. L. (2017). Normative emotional responses to behavior analysis jargon or how not to use words to win friends and influence people. *Behavior Analysis in Practice*, 10(2), 97-106. <https://doi.org/10.1007/s40617-016-0161-9>

- Cunha, C. C., & Antonello, I. T. (2020). Território: uma estratégia às políticas sociais. *Geo UERJ*, 36, e36573. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2020.36573>
- Dixon, D. R., Tarbox, J., & Vogel, T. (2012). A brief history of functional analysis and applied behavior analysis. In J. L. Matson (Ed.), *Functional assessment for challenging behaviors* (pp. 3-24). Springer.
- Everett, P. B., Hayward, S. C., & Meyers, A. W. (1974). The effects of a token reinforcement procedure on bus ridership. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 7(1), 1-9. <https://doi.org/10.1901/jaba.1974.7-1>
- Fawcett, S. B. (1991a). Social validity: A note on methodology. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24(2), 235-239. <https://doi.org/10.1901/jaba.1991.24-235>
- Fawcett, S. B. (1991b). Some values guiding community research and action. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24(4), 621-636. <https://doi.org/10.1901/jaba.1991.24-621>
- Fawcett, S. B. (2021). A reflection on community research and action as an evolving practice. *Behavior and Social Issues*, 30, 535-544. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00083-x>
- Fawcett, S. B., Mathews, R. M., & Fletcher, R. K. (1980). Some promising dimensions for behavioral community technology. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 13(3), 505-518. <https://doi.org/10.1901/jaba.1980.13-505>
- Fawcett, S. B., Paine-Andrews, A., Francisco, V. T., Schultz, J. A., Richter, K. P., Lewis, R. K., Williams, E. L., Harris, K. J., Berkley, J. Y., Fisher, J. L., & Lopez, C. M. (1995). Using empowerment theory in collaborative partnerships for community health and development. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 677-697. <https://doi.org/10.1007/BF02506987>
- Fawcett, S. B., White, G. W., Balcazar, F. E., Suarez-Balcazar, Y., Mathews, R. M., Paine-Andrews, A., Seekins, T., & Smith, J. F. (1994). A contextual-behavioral model of empowerment: Case studies involving people with physical disabilities. *American Journal of Community Psychology*, 22(4), 471-496. <https://doi.org/10.1007/BF02506890>
- Glenwick, D. S., & Jason, L. A. (1980). An overview of behavioral community psychology. In D. Glenwick & L. Jason (Eds.), *Behavioral community psychology: Progress and prospects* (pp. 4-37). Praeger.
- Glenwick, D. S., & Jason, L. A. (1984). Behavioral community psychology: An introduction to the special issue. *Journal of Community Psychology*, 12(2), 103-112. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198404\)12:2<103::AID-JCOP2290120202>3.0.CO;2-W](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198404)12:2<103::AID-JCOP2290120202>3.0.CO;2-W)
- Hanley, G. L., O'Donohue, W. T., & Krasner, L. (1984). Community psychologies and values: The importance of being urnless. *Journal of Community Psychology*, 12(3), 217-221. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198407\)12:3<217::AID-JCOP2290120305>3.0.CO;2-Z](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198407)12:3<217::AID-JCOP2290120305>3.0.CO;2-Z)
- Huntington, R. N., Badgett, N. M., Rosenberg, N. E., Greeny, K., Bravo, A., Bristol, R. M., Byun, Y. H., & Park, M. S. (2022). Social validity in behavioral research: A selective review. *Perspectives on Behavior Science*, 46(1), 201-215. <https://doi.org/10.1007/s40614-022-00364-9>
- Jason, L. A. (1977). Behavioral community psychology: Conceptualizations and applications. *Journal of Community Psychology*, 5(4), 303-312. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(197710\)5:4<303::AID-JCOP2290050402>3.0.CO;2-U](https://doi.org/10.1002/1520-6629(197710)5:4<303::AID-JCOP2290050402>3.0.CO;2-U)

- Jason, L. A., Glenwick, D. S. & Moritsugu, J. (2021). Behavioral methods in community settings: A neglected or a vital force? *Behavior and Social Issues*, 30, 525-534. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00046-2>
- Jason, L. A., & Zolik, E. S. (1981). Characteristics of behavioral community interventions. *Professional Psychology*, 12(6), 769-775. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.12.6.769>
- Mattaini, M. A. (1993). Behavior analysis and community practice: A review. *Research on Social Work Practice*, 3(4), 420-477. <https://doi.org/10.1177/104973159300300405>
- Meyers, A. W., Craighead, W. E., & Meyers, H. H. (1974). A behavioral-preventive approach to community mental health. *American Journal of Community Psychology*, 2(3), 275-285. <https://doi.org/10.1007/BF00880848>
- Meyers, A. W., Meyers, H. H., & Craighead, W. E. (1981). Community behavior change: Practical and ethical issues. *Behavior Modification*, 5(2), 147-170. <https://doi.org/10.1177/014544558152001>
- Miller, L. K. (1991). Avoiding the countercontrol of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24(4), 645-647. <https://doi.org/10.1901/jaba.1991.24-645>
- Nascimento, P. F., & Melazzo, E. S. (2013). Território: conceito estratégico na assistência social. *Serviço Social em Revista*, 16(1), 66-88. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2013v16n1p66>
- Nietzel, M. T., Winett, R. A., MacDonald, M. L., & Davidson, W. S. (1977). *Behavioral approaches to community psychology*. Pergamon Press.
- O'Donohue, W. T., Hanley, G. L., & Krasner, L. (1984). Toward the explication of the value contexts of the community psychologies. *Journal of Community Psychology*, 12(3), 199-205. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198407\)12:3<199::AID-JCOP2290120302>3.0.CO;2-X](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198407)12:3<199::AID-JCOP2290120302>3.0.CO;2-X)
- Rakos, R. F. (1983). Behavior analysis as a framework for a multidisciplinary approach to social change. *Behaviorists for Social Action Journal*, 4(1), 12-16. <https://doi.org/10.1007/BF03406168>
- Reiss, M. L., Piotrowski, W. D., & Bailey, J. S. (1976). Behavioral community psychology: Encouraging low-income parents to seek dental care for their children. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 9(4), 387-397. <https://doi.org/10.1901/jaba.1976.9-387>
- Sanford, F. L., & Fawcett, S. B. (1980). Consequence analysis: Its effects on verbal statements about an environmental project. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 13(1), 57-64. <https://doi.org/10.1901/jaba.1980.13-57>
- Seekins, T., Mathews, R. M., & Fawcett, S. B. (1984). Enhancing leadership skills for community self-help organizations through behavioral instruction. *Journal of Community Psychology*, 12(2), 155-163. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198404\)12:2<155::AID-JCOP2290120208>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198404)12:2<155::AID-JCOP2290120208>3.0.CO;2-3)
- Sherman, J. A., & Sheldon, J. B. (1991). Values for community research and action: Do we agree where they guide us? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24(4), 653-655. <https://doi.org/10.1901/jaba.1991.24-653>

- Ullmann, L. P. (1977). Foreword. In M. T. Nietzel, R. A. Winett, M. L. MacDonald, & W. S. Davidson, *Behavioral approaches to community psychology* (pp. ix-xxviii). Pergamon Press.
- Wahler, R. G., & Erickson, M. (1969). Child behavior therapy: A community program in Appalachia. *Behaviour Research and Therapy*, 7(1), 71-78. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(69\)90051-5](https://doi.org/10.1016/0005-7967(69)90051-5)
- Watson-Thompson, J., Francisco, V. T., & Anderson-Carpenter, K. F. (2020). A behavioral community approach to community health and development: Tools for collaborative action. In T. M. Cihon & M. A. Mattaini (Eds.), *Behavior science perspectives on culture and community* (pp. 333-356). Springer.
- Watson-Thompson, J., Rakos, R. F., & Anderson-Carpenter, K. (2021). An editorial on revitalizing behavioral community psychology: Where do we go from here? *Behavior and Social Issues*, 30(1), 514-524. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00080-0>
- Winett, R. A. (1991). Caveats on values guiding community research and action. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24(4), 637-639. <https://doi.org/10.1901/jaba.1991.24-637>
- Wolf, M. M. (1978). Social validity: The case for subjective measurement or how applied behavior analysis is finding its heart. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(2), 203-214. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-203>

Nota

¹ Ainda que se recomende o uso de “validade social” em vez de “validação social” para manter a consistência e precisão da linguagem e facilitar a revisão da literatura (Huntington et al., 2023), optamos, aqui, pelo termo “validação social” em detrimento de sua contraparte, “validade social”. Dessa forma, trazemos o conceito mais próximo do processo comportamental de validar socialmente (validação = ato ou efeito de validar = comportamento; validade = qualidade atribuída a algo = propriedade/essência/construto). Em adendo, em vez de equivaler validade social a um método ou metodologia, optamos por “procedimentos de validação social”. De fato, validação social não é um método ou uma metodologia se considerarmos que método é um conjunto de critérios/regras/princípios sistemáticos que guiam uma atividade. Há procedimentos e métodos que acessam/medem validação social, isto é, comportamentos verbais de atribuição de valores às dimensões da intervenção (objetivos, procedimentos, etc.).

(Received: July 23, 2024; Accepted: October 28, 2024)

